

# DISCURSOS E PRÁTICAS ACADÊMICAS: “UMA REPÚBLICA DE BONS SENTIMENTOS”?

**Dina Maria Martins Ferreira\***

*Fazer ciência não é apenas estabelecer-se  
nos centros das abstrações,  
que apenas privilegiam a razão.  
Ciência pode (e deve) ser um modo de intervenção no mundo [...]*  
(RAJAGOPALAN; FERREIRA, 2006, p. 7).

*Ortodoxia, quanto nos dominas!*  
(MAFFESOLI, 2009, p. 24).

**Resumo:** Este estudo elabora uma reflexão crítica sobre o discurso e a prática acadêmica diante da vida comum. De um lado, um espaço reservado aos deuses olímpicos que não fazem mais parte do espaço dos simples mortais e, de outro, o leigo e o homem comum. E nesse par dicotômico, “divino” acadêmico e “humano” mortal, constituem-se vetores de força política, senão de sociabilidades de/ em conflito. Tendo como base a ideia irônica de que a academia é uma “república dos bons sentimentos”, a discussão se dirige à identidade do acadêmico, que isolado no tatame de lutas políticas, não se integra aos movimentos das potências revitalizadoras da sociedade em que habita.

**Palavras-chave:** espaço acadêmico; identidade; teoria e prática.

## UM ESQUECIMENTO VAIDOSO

■ Quando se propõe perguntar se o discurso acadêmico se realiza em uma “república dos bons sentimentos”, localizo o pensador Michel Maffesoli (2009) que se faz presente não só pelo título de sua obra,

\* Pós-doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (Uece) – Recife – CE – Brasil. Pesquisadora na Université Paris V, Sorbonne – Paris – França. E-mail: dinaferreira@terra.com.br.

edição brasileira, *A república dos bons sentimentos*, como também pela posição crítica em relação ao mundo da ortodoxia e das teorias. Evidentemente, o sentido de “república” faz alusão ao mundo platônico no que tange a uma comunidade ideal e perfeita; no entanto, tal uso designativo é recurso de um percurso argumentativo irônico, na medida em que a “república acadêmica”, segundo Maffesoli (2009), não teria nada de bons sentimentos. E é a partir de seu discurso irônico que buscamos refletir sobre os conflitos intramuros e o distanciamento da academia ante o lá-fora da vida comum.

A inteligibilidade, sendo o vetor constitutivo da identidade acadêmica, transforma essa própria inteligibilidade em majestade provida de vaidade exacerbada: “Somos capazes de ‘ver roupas mágicas’ apenas para sermos ‘inteligentes’ aos olhos dos outros, mesmo que isso nos torne ridículos” (REIS, 2006, p. 4). E, nessa exacerbação, a relação entre vida comum e ciência se esfacela: nega-se a potência do vitalismo em prol do exercício do poder e da política; e, em se negando o vitalismo, constituem-se “tribalismos” (MAFFESOLI, 2006) como motivo de identidade e de pertença a um grupo que se configura por articulações de forças – “poder” anulando as “potências” sociais que ali poderiam circular.

A crítica violenta de Maffesoli chega à derrisão, ou seja, “composição de [...] traços físicos, práticas presumidas, pretexto para formulações deselegantes, jogos de contraposição [que] ferem a manutenção da existência” (COURTINE apud FERREIRA, 2006, p. 147). E Courtine (2003, p. 24) complementa a violência irônica formadora da derrisão, pois ela vem “qualificar e desqualificar os conteúdos, medir seu impacto, soldar seus efeitos”. Instaure-se, assim, a dicotomia entre o “divino” acadêmico e o “humano” mortal da vida comum, como se a prática científica fosse apropriação de deuses olímpicos que não fazem mais parte do mundo dos simples mortais. Como diz Maffesoli (2006, p. 95),

*[...] para responder ao descompromisso e ao recuo, cuida-se da imagem. Fala-se mais à paixão do que à razão, e, quando das reuniões, o espetáculo de variedades é muito mais importante do que o discurso da personalidade política, que frequentemente deve contentar-se com o papel da vedete do teatro rebolado.*

Segundo a filosofia sociológica desse pensador, muitas vezes, seria ideal um recuo de determinadas políticas como forma de reabilitar o vitalismo humano (MAFFESOLI, 2006). A discussão se dirige à identidade do acadêmico, que, isolado no tatame de lutas políticas, não se integra aos movimentos das potências revitalizadoras da sociedade em que habita. Nessa linha de questionamentos, levantamos quatro categorias que se constituiriam em par “duplo”: poder/política *versus* potência/vitalismo. De um lado, no duplo poder-política não se pode delinear qual das partes é a locomotiva de seus movimentos, porquanto entrariamos na velha história: Quem vem primeiro? O ovo ou a galinha? Poder se estabelece pelo jogo político e é no jogo político que o poder se instaura; juntos, semeiam um terreno fértil de acordos e combinações. De outro lado, o par potência-vitalismo humano se completa e se amalgama em prol um movimento compreensivo do dia a dia.

O paradoxo que se estabelece na relação poder/política e potência/vitalismo está no esquecimento “vaidoso” de que tal par “duplo” pode prover “espetáculos de variedades” (MAFFESOLI, 2006, p. 95), pois poder-política só podem montar o seu palco se os atores-acadêmicos estiverem *em* vida, ou seja, *em* potência-vitalismo. Ou melhor, querendo ou não, o sujeito acadêmico, formador de ciên-

cia, respira o vitalismo social, que, ao negá-lo, exclui as potências que poderiam nutri-lo. Ai, talvez, a construção da grande aporia do poder acadêmico, já que “competência e apetência caminham lado a lado” (MAFFESOLI, 2005, p. 29), ou seja, o saber científico (competência) é construído por pulsão vital (apetência); afinal, o cientista habita não só o espaço acadêmico, mas também reside no exterior social que sobrevive por potência intrínseca.

### **PODER POLÍTICO ACADÊMICO E O TRIBALISMO**

Para entender o movimento do poder acadêmico e o esvaziamento da potência vitalista, recorro à língua inglesa para mostrar que tipo de política é essa que atravessa o poder da *intelligentsia*. Os termos que sustentam nossa argumentação são *politics* e *policy*, que explicam o “espetáculo de variedades” (MAFFESOLI, 2006). *Policy* estaria para um plano de ação e *politics* referir-se-ia a opiniões, valores ou princípios políticos que vão reger o plano da ação. Logo, o que chamamos de política tanto é uma *práxis* quanto políticas de representação que advêm de sua ação, ou seja, valores, interesses e acordos que vão reger as práticas (FERREIRA, 2006).

E o agrupamento *intelligentsia* reduz-se ao “tribalismo acadêmico”, em que a “vedete” encontra o seu lugar de pertença. De um lado, podemos entender tribalismo como “agregações que vão acentuar a dimensão afetiva e sensível”, e, de outro, “associações contratuais e racionais [...] com estratégias e finalidades” (MAFFESOLI, 2006, p. 127). E nos parece que é no segundo tipo de tribo que podemos designar o agrupamento acadêmico, já que estratégias e finalidades podem tender às articulações políticas do poder. E por essa categorização tribal pode-se justificar a anulação e/ou negação da potência no espaço do poder. Enquanto o poder se enclausura no político, a potência é movimento de vida, que se espalha na massa ignorada pelo poder. A potência estaria na vida comum, no cotidiano em que indivíduos se movimentam independentemente do poder político. E fica o questionamento: como “vedetes” políticas podem aderir ao saber comum das massas? No Olimpo, a tribo acadêmica delinea sua identidade pelas guerras entre egos divinos. A divindade científica nega até seu lado *humus* do *antropos*, pois o que importa são as *personae* imortais, com seus papéis e funções. E, como habitam um espaço estratosférico (se não olímpico), prescindem do vitalismo, afinal são imortais. Não é à toa que os intelectuais da Academia de Letras no Brasil, por exemplo, são condecorados como imortais – mas “morríveis” – como se a atemporalidade dos tratados científicos não estivesse situada no tempo e espaço de suas subjetividades narrativas.

### **“REPÚBLICA DOS BONS SENTIMENTOS” E MISÉRIA ACADÊMICA**

Mesmo que, de um lado, este subitem possa parecer um parêntese na discussão, de outro, ele se faz esclarecedor para configurar os pares acadêmicos, segundo a visão de Michel Maffesoli (2009) em seu livro *A república dos bons sentimentos*, no qual nos oferece um perfil identitário do acadêmico, a partir de sua performatividade cotidiana. Como o próprio autor deixa entrever, o livro é uma forte crítica ao espaço acadêmico, tanto que nos recomenda ser perigoso habitar esse espaço sem ter o “cheiro da matilha”:

*De fato, são poucos os acadêmicos [...] que tentam escapar ao peso intelectual de suas castas e que recusam o mimetismo dos preconceitos estabelecidos. Poucos, pois é difícil, até mesmo perigoso, não ter o cheiro da matilha. A exclusão ameaça sempre aqueles que não marcham na mesma cadência ou aqueles que pensam de viés (MAFFESOLI, 2009, p. 24, grifo nosso).*

Mas, mesmo diante da voracidade e da ferocidade do sentido do acadêmico-“matilha”, Maffesoli (2009, p. 39) não generaliza o perfil de tal acadêmico, pois, “para evitar discussões secundárias, é preciso se ater aos princípios. Cabe ao leitor honesto aplicar esses princípios às situações particulares e às pessoas determinadas que os ilustram constantemente”. E salvando as “situações particulares”, a “matilha” acadêmica, ou seja, “uma” elite acadêmica corporifica-se em e pelo uróboro:

*Sim, é a onfaloscopia que caracteriza nossa intelligentsia: ela contempla o próprio umbigo [...]. Na maior parte do tempo, ela cultiva “o entre si mesma” e vegeta isolada numa torre de estupidez e inveja (MAFFESOLI, 2009, p. 18).*

*O acadêmico [...], o especialista autocelebram-se uns aos outros e vivem numa endogamia (p. 40).*

*Intelectuais [...] professores da universidade [...] formam igrejinhas, cujas sentenças, em seguida a julgamentos sumários, são irrecorríveis. [...] A hipocrisia lhes serve de moral (p. 50).*

*[...] revistas científicas – quase sempre órgãos desta ou daquele igreja teórica [...] destilam boatos e maledicências (p. 54).*

*[...] a “circulação das elites” está garantida quando, exatamente, aquela que está em vias de extinção, no auge de seu poderio institucional, acomoda-se em suas fixações dogmáticas preconceituosas [...] onde se pratica uma espécie de ventriloquia intelectual (p. 55).*

*Depois da conspiração do silêncio, vem a invectiva e, em seguida, a maledicência e a calúnia (p. 56).*

E desse construto identitário, o sujeito acadêmico emerge em uma prática científica “subvertida”, ou melhor,

*[...] esses festivais de reflexão ofertados por nossos boletins paroquiais [...] transbordam com o mesmo regurgitar de bons sentimentos [...] [que] nada mais são que um monte de coisas mastigadas temperadas com pitadas do “pensar corretamente” (MAFFESOLI, 2009, p. 37).*

Mas entra em cena Ortega y Gasset (1967, p. 52) com o seu famoso postulado: “eu sou eu e minhas circunstâncias”. Mas é bom esclarecer que, para o pensamento de Ortega y Gasset (1967), o que nos determina não são só nossas circunstâncias, porquanto o grande dilema está no que temos de decidir perante nossas circunstâncias. O que realmente Ortega y Gasset (1967, p. 52) propõe é que salvemos as nossas circunstâncias, pois, “se não as salvo, não me salvo”. Circunstância e “eu” se unem por um cordão umbilical, na medida em que nós nos comunicamos com o mundo por meio de nossas circunstâncias, ou seja, situação e temporalidade são determinantes de nosso “eu”.

## ISOLAMENTO ACADÊMICO E O SABER COMUM

A posição de uróboro na corporificação acadêmica contempla a ideia do isolamento do sujeito acadêmico em sua prática científica diante da vida ordinária. Se na ciência só habita o “tratado”, seu produtor mora *dentro* da *intelligentsia* esquecendo a “narrativa” do *lá-fora* que também, de alguma forma, se presentifica em seu tratado. E como fica o saber comum diante do saber científico? É no tatame da luta pelo hegemônico que a ciência em seu papel de pensar *sobre* a vida, *sobre* a língua(gem), *sobre* os fenômenos sociais esquece que está *em* vida. E nessa exclusão *de* vida, o saber comum vira a “lata de lixo” da “nobreza real” do mundo acadêmico:

*É preciso escutar mais o leigo e prestar atenção à sabedoria popular, se quisermos manter um diálogo profícuo no qual contextos aparentemente diferentes – leigo e acadêmico – possam mostrar sua interação – que, aliás, existe, apesar de algumas controvérsias. A ciência pensa a vida, e como tal, pensar sobre a vida não elimina pensar em vida. É um engodo criar um espaço estratosférico para a vida da ciência, pois sem o oxigênio vital que nos cerca podemos parar de respirar e de nos alimentar da vida (aliás, não é este o objeto maior da ciência?). Pensar sobre indica distanciamento, pensar em indica mergulho. No entanto, ambas as posições comungam no pensar: não há como excluir ramos de uma mesma teia* (RAJAGOPALAN, 2003, p. 13).

Ao se fixar apenas em descrever e não em sentir e olhar para fora sobre o que descreve, muitas vezes, o cientista vai perdendo contato com o cotidiano da vida. O que se estabelece fora do *cogito* é considerado “impuro”, já que na academia só referentes “puros” podem constituir o universo da ciência (RAJAGOPALAN, 2003). O que se chama de “puro” é o mundo da abstração, que, como o próprio termo em latim *abstraher* indica, significa “separação”: “Abstrato é o que está separado. Portanto, abstrato é o que está separado da referência, isto é, da realidade concreta” (DOLHNIKOFF, 2007). Hegel (apud FORSTER, 1998) reforça a questão de pureza, pois alia ao adâmico da ciência a propriedade de um saber absoluto, cujo pensamento também absoluto não leva em conta as contingências da finitude que nos cerca no espaço e tempo sociais em que nos situamos. O próprio Einstein (apud TAGEBLATT, 2005, p. 5, grifo nosso) aponta o desgosto diante da pretensa superioridade da ciência e de seus amontoados de saberes:

*A comunidade dos pesquisadores é uma espécie de órgão do corpo da humanidade. Esse órgão produz uma substância essencial à vida que deve ser fornecida a todas as partes do corpo, na falta da qual ele perecerá. Isso não quer dizer que cada ser humano deva ser atulhado de saberes eruditos e detalhados, como ocorre frequentemente em nossas escolas nas quais [o ensino das ciências] vai até o desgosto. Não se trata também do grande público decidir sobre questões estritamente científicas. Mas é necessário que cada ser humano que pensa tenha a possibilidade de participar com toda lucidez dos grandes problemas científicos de sua época, mesmo se sua posição social não lhe permite consagrar uma parte importante de seu tempo e de sua energia à reflexão científica. É somente quando cumpre essa importante missão que a ciência adquire, do ponto de vista social, o direito de existir.*

Einstein denuncia o profissional que se perde na quantidade de saberes, sem dirigir seu olhar para a potência social, restringindo-se apenas a dados necessários para alçar o Olimpo acadêmico. Surge aí, como denuncia Einstein, um dos efeitos da asfixia da ciência que se opera no espaço acadêmico – o “atulhamento” do e no quantitativo: o acadêmico é avaliado pelo volume de papéis que fabrica, pois há que legitimar a multiplicação do conhecimento, o que o faz mergulhar no mundo da paráfrase, sem produzir o novo; a cada escritura parafrástica, criam-se pretensamente múltiplos objetos de saber, no entanto cada escritura não é necessariamente um novo objeto de saber, pode ser uma releitura do objeto, ou seja, ressignificar o texto não é obrigatoriamente apresentar um novo objeto, mas possivelmente apresentá-lo sob nova ótica; e o pesquisador, ao dar a seu objeto de pesquisa aparência de ciência, nada mais oferece do que derivações representacionais que se agrupam em montes aleatórios.

De outra forma retórica, cáustica, Maffesoli (2009, p. 22, grifo nosso) denuncia nesse mundo parafrástico o estabelecimento de uma “ordem” imposta à produção científica:

*[...] quando alguém acredita, com toda boa-fé, estar propondo uma análise original, não faz mais do que servir uma sopa requentada, talvez temperada com algumas côdeas de pão de sua própria fatura. No conjunto, nada de muito apetitoso. [...] Tudo isso é de um tal conformismo que qualquer espírito, por pouco informado que seja, esforce-se por desobedecer as imposições das patronesses que as proferem.*

Parece-me que, se o cientista aceitar que sua ciência está na produtibilidade e não na reprodutibilidade, o vitalismo poderia emergir no espaço da *intelligentsia*.

## CONFLITOS NA PRÁTICA CIENTÍFICA

Voltamos à dicotomia do puro e do impuro, do absoluto e da contingência. Só que estamos agora nas políticas de uma relação dialética entre a dissensão entre o saber acadêmico e as questões que afetam as pessoas na vida comum, ou seja, entre o mundo das teorias e a prática da vida.

Para ilustrar tal dissensão, utilizamo-nos de fragmentos discursivos. Primeiro, o texto de Gilberto Dimenstein (2004), jornalista da *Folha de S.Paulo*, intitulado “Paulo Mesquita contra a violência”, que relata sobre a experiência do cientista político Paulo Mesquita na Universidade Colúmbia, por ocasião de seu doutoramento. O tema de sua pesquisa, inicialmente, era o papel dos militares na transição democrática no Brasil. Mas... como diz o fragmento do texto jornalístico,

*[...] a Universidade Columbia ficava perto do Harlem, bairro negro e hispânico, em cuja década de 80, era símbolo da violência nova-iorquina. [O doutorando] começou a vivenciar que o mundo dos livros estava distanciado do mundo cotidiano que o rodeava. E naquele enorme cenário de testes em questões de segurança, Paulo Mesquita foi alterando o seu foco de interesse e acabou estudando mais intensamente a polícia (DIMENSTEIN, 2004, p. 19, grifo nosso).*

Segundo, o fragmento de Rajagopalan (2003, p. 79, grifo nosso), que aborda a luta identitária entre áreas do conhecimento:

*Há quem entenda que a declaração de autonomia da lingüística aplicada deve ter como contrapartida uma perfeita divisão de trabalho entre aqueles que tra-*

*balham na lingüística “pura” e os que optaram pela nova disciplina, recém-inaugurada. Além da conotação indesejável de “impura” (pela simples exclusão) que tal oposição engendra, há um perigo de que isso leve alguém a concluir que a lingüística aplicada não precisa se preocupar mais com o trabalho teórico.*

Pergunta-se: o que tem a vida acadêmica com a vida cotidiana? E por que a “briga” pelo hegemônico entre teoria pura apregoada na linguística e a impura a que a linguística aplicada muitas vezes é considerada? Os pares dicotômicos se constituem pelos próprios estereótipos que se acumulam em suas paralelas: academia e teoria atuam no mundo abstrato – da mente, do universo olímpico –; e o cotidiano e a prática, no mundo concreto – do corpo, da experiência, do cotidiano ordinário. Trata-se de um impasse para muitos de nós, acadêmicos, que visam quebrar fronteiras, na busca de “entre-espacos”, tal como Paulo Mesquita, que, pelas “calçadas do Harlem”,

*[...] saiu, portanto, do mundo asséptico dos livros e das leituras acadêmicas para colocar idéias em prática. A experiência já lhe está ensinando como é difícil fazer a ponte entre a vida acadêmica e a ação. “No mundo acadêmico, dizem que estou muito pragmático. No mundo ‘pragmático’, dizem que sou muito acadêmico” (DIMENSTEIN, 2004, p. 19).*

Por que não uma com-junção? Não com o sentido de ficar em cima do muro, sem agência efetiva, mas um percurso, em que “puro” e “impuro” possam caminhar juntos, cujo primeiro lugar, ou seja, quem veio primeiro, dependerá da posição em que se encontra o sujeito científico.

O mundo das leituras acadêmicas e dos livros não precisa ser considerado asséptico, mas, mesmo que o consideremos como tal, é esse atributo asséptico que faz o cientista intervir; e, se a leitura e o conhecimento fazem intervir, deve-se requalificar o que Dimenstein (2004) chama de asséptico. Talvez o que o jornalista chame de mundo asséptico seja o do império da teoria, no qual liturgias escravizam dados a modelos teóricos, quando estes poderiam instrumentalizar uma posição de organização da desorganização dos dados da vida, que solicitam subsídios operacionais para sistematizá-los, possibilitando seu trânsito no mundo da ciência. O império da teoria não é proprietário do universo adâmico e da inteligibilidade, ou seja, o saber acadêmico não é um centro abstrato e vagante no mundo. Esse mundo adâmico é utopia, tanto que Paulo Mesquita, o habitante da academia, é mordido e sacudido pelo vírus do cotidiano, a violência do Harlem, ou seja, a violência que o cercava à época de seu doutoramento. Dimenstein (2004, p. 19) completa ao dizer que “a experiência já lhe está ensinando como é difícil fazer a ponte entre a vida acadêmica e ação”. Verifica-se, então, a impossibilidade de separar a vida acadêmica, com suas abstrações teóricas, da vida cotidiana, com sua prática e experiências vividas.

Se delimitamos as liturgias acadêmicas aos centros teóricos, por uma questão de espaço, as práticas de vida habitariam as bordas? Ou simplesmente nem existiriam? E mesmo que déssemos à linguística aplicada, por exemplo, novos norteamentos, como disse Rajagopalan (2003) para adquirir, talvez, o *status* de “pura”, nem assim centro e bordas deixam de se comunicar.

Dois outros exemplos justificam o movimento da teoria à prática e da prática à teoria. O primeiro relata que a partir de uma sentença teórica resolvo uma questão prática. Ou seja, na volta do trabalho, em um ônibus fretado, um chei-

ro desagradável exala dos fundos onde se localiza o banheiro; de tão desagradável, um cientista renomado diz: – já que não posso mudar a referência altero o sentido –; abre sua pasta de trabalho, segura um vidro de Vick Vaporub e passa nas narinas, oferecendo o paraíso aos demais passageiros. O referente era a escatologia que ali se fazia presente, o primeiro sentido era o odor desagradável, que foi transformado em outro sentido pelo uso da pasta de hortelã, agora o segundo sentido. O segundo exemplo é a tão conhecida lei de Newton da gravitação universal: a experiência “simplória” de uma maçã caindo no chão, e não voando, culminou em teoria que a seu tempo tornou-se revolucionária.

Esses dois exemplos nos remetem à pergunta: quem veio primeiro, o ovo ou a galinha? A indagação e os exemplos nos indicam que a postura de exclusão – ou da teoria em relação à prática ou da prática em relação à teoria – é uma questão de posição de olhar o mundo ou, senão até, de posicionamento identitário: criam-se centros hegemônicos que refletem políticas de representação de acordo com os interesses do transeunte-cientista, que se aloca em determinado tempo e espaço.

## EXCLUSÃO E INCLUSÃO

Primeiramente, acho importante indicar que não estamos em nossas indagações criando hostilidades e muito menos um estardalhaço: “não há nada verdadeiro, sábio, humano ou estratégico em confundir hostilidade à injustiça e à opressão, [...] com hostilidade à ciência e à racionalidade, o que é uma tolice” (SOKAL; BRICMONT, 1999, p. 13).

O leitor deve naturalmente estar se perguntando se os abusos de paráfrases, se o volume de produção sem inovação de conhecimento “nascem de uma fraude consciente, de autoengano ou de uma combinação de ambos” (SOKAL; BRICMONT, 1999, p. 20). Essas questões específicas sobre atitude e intenções de determinados pesquisadores não são parte de nossa proposta. Não estamos no embate proposto por Sokal e Bricmont (1999). A nossa proposta é um “pensar crítico” sobre a postura acadêmica do pesquisador em relação ao saber, ou seja, desvelar o cotidiano acadêmico, no qual estamos incluídos e do qual somos testemunhas de fazeres realizados às escuras nos intramuros.

Se o sujeito se encontra submerso nas tentativas de representação, como fica o fazer conhecimento? Será que o mundo da paráfrase não está criando uma estagnação do conhecimento, ou seja, um universalismo antiprodutivo em que o paradigma epistêmico se assentaria? Será que a cisão entre prática e teoria não esconde a potência da vida que alimenta as construções das próprias teorias? Parece que hegemônias trabalham em prol da exclusão. O termo “epistemicídios” (SANTOS, 2006, p. 313) revela justamente um “paradigma epistemológico assente numa versão extrema de universalismo antidiferencialista”, em que as diferenças de conhecimento e de objetos de saber são excluídas em prol da hegemonia da quantidade de celulose escrita e da abstração científica. O sistema inclusivo só admite a quantidade e a abstração teórica. De ambos os lados, dizeres cáusticos: “Publico, logo existo”, “Penso, logo teorizo”, “Penso, logo tenho inimigos”.

Se não priorizarmos as hegemônias, optando pelo *renversement* (DERRIDA, 1999), talvez possamos chegar à ecologia do saber: convívio entre teoria e prática e entre o saber comum e saber científico. Uma coisa é escolher um caminho (ou vários, quem sabe?) de pesquisa, outra é não admitir o universo saudável

das diferenças. Contestar determinada posição teórico-prática e não concordar com ela é admitir a diferença, no entanto negar sua existência é habitar o mundo do antidiferencialismo.

Uma outra perspectiva em prol do diferencialismo é pensar o

*[...] conhecimento sobre as condições de possibilidade. As condições de possibilidade da ação humana projetada no mundo a partir de espaço-tempo local. Um conhecimento deste tipo é relativamente imetódico, constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica* (SANTOS, 2006, p. 77).

Ou seja, fazer do conhecimento um percurso de inovação, permitir-se a transgressões metodológicas, cujo processo discursivo resulte em uma “personalização do trabalho científico” (SANTOS, 2006, p. 79). A paráfrase e o amontoado do saber ou só prática ou só teoria atendem ao estilo unidimensional, pois a dinâmica do conhecimento está na possibilidade diferencialista.

Parece-me que essas brigas estão muito mais para políticas de representação tanto da identidade do sujeito acadêmico quanto do movimento do conhecimento. O pesquisador se vê dentro de um *stock* identitário em que uma das identidades é assumida, ou de produzir papel, ou de estar no mundo da paráfrase, ou estar submisso a teorias, ou ser um livre pensador, ou ser um pensador comedido, e assim vai. E diante de tais identificações acadêmicas, muitas vezes uma das identidades é reivindicada pelas circunstâncias do salve-se-quem-puder carreirista.

Pode-se, então, equacionar essa questão entre pesquisador e conhecimento como um jogo político de exclusão e inclusão. Se o pesquisador se mantém no centro da produção de paráfrase, dá-se a exclusão do conhecimento, e, se o pesquisador não aderir à quantidade, pode ser ele o excluído; se um saber teórico admite sua prática, deixa o seu *status* científico, e, se a prática faz parte da teoria, esta se torna “impura”. São as escolhas do pesquisador, as circunstâncias acadêmicas que vão caucionar o que/quem se inclui e se exclui. O que se percebe é que esse movimento de inclusão e de exclusão no que tange ao pesquisador e ao conhecimento é uma dinâmica política em que os fatores são determinados pelos interesses e pelas habilidades de momento.

## PONDERAÇÕES

Talvez precisemos ler ou reler *O deus das pequenas coisas* (ROY, 1998) para aprender com Rahel e Estha: tais personagens descubrem que as coisas podem mudar num só dia, que as vidas podem ter seu rumo alterado e até assumir novas formas. São representantes do vitalismo geridos pela potência cotidiana. É uma obra que justamente nos mostra que os olímpicos do absoluto não têm lugar na potência social, local dos mais ínfimos e frágeis pormenores.

Junto com Rahel e Estha, intervenho na cisão que se estabelece entre academia e saber comum, pela expressão de Baudrillard (1985) “eletricidade estática” ao conceituar a massa silenciosa da sociedade, onde talvez se encontre o saber comum da vida ordinária. Se mudarmos a posição do olhar – do lá-fora social para o Olimpo acadêmico –, os simples mortais também não classificariam a academia como uma “eletricidade estática”? Se aceitarmos a inversão das lentes, os pesquisadores e o saber científico se constituiriam de uma massa desconhecida e silenciosa pelos simples mortais. De tanto se autovalorar pela inteligibilidade, o acadêmico põe a venda nos olhos para a vida comum, esquecendo

as águas dos rios da vida que os alimentam. Essa reinterpretação de “eletricidade estática” explicaria a cisão entre a “nobreza científica” em detrimento do “lixo cotidiano”, pois simbiotiza dois sentidos que, em princípio, constituem uma aporia. Como “eletricidade”, que pressupõe movimento, pode ter o atributo “estático”, algo que não se mexe? Por que não sermos uma “eletricidade elétrica”, ou seja, aderir ao vitalismo das potências que podem traduzir conhecimento, quebrando o silêncio da ciência?

Alguns pensadores, inclusive Einstein, Maffesoli e Rajagopalan, lutam pelas potências que deveriam habitar a ciência. Mas a aporia manifesta-se, pois a crítica precisa do fetiche para combatê-lo. A expressão na citação anterior de Einstein – *substância essencial* – tenta deslocar o centro do saber pelo processo de *reversement* (DERRIDA, 1999), ou melhor, apontar o que foi recalçado e valorizá-lo: descentramento da “realeza” olímpica da ciência, como um lugar excludente do saber comum. Será que a relação entre ciência e saber comum é (ou ainda só é) uma questão do “indecidível” (DERRIDA, 1999)? Seja qual for o caminho do descentramento, evitemos a expressão de Boaventura de Souza Santos (2006, p. 32), “epistemicídios” (epistem(e) + (su)icídios), e encaremos o conhecimento como “condições de possibilidade da ação humana projetada no mundo” (SANTOS, 2006, p. 77), condições de possibilidade transformadas no vitalismo das potências que todos temos dentro de nós.

## REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, J. *À sombra das maiorias silenciosas. O fim do social e o surgimento das massas*. Tradução Suely Bastos. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COURTINE, J.-J. Os deslizamentos do espetáculo político. Tradução Roberto Leiser Baronas e Nilton Milanez. In: GREGOLIN, M. do R. (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. Tradução Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- DIMENSTEIN, G. Paulo Mesquita contra a violência. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 31 ago. 2004. Sinapse, p. 19.
- DOLHNIKOFF, L. A arte difícil de Moacir Amâncio. *Revista 18*, v. VII, n. 27, 2007. Disponível em: <www.revista18.uol.com.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- FERREIRA, D. M. M. Identidade feminina no espaço político: percurso simbólico na ecologia da linguagem. In: RAJAGOPALAN, K.; FERREIRA, D. M. M. (Org.). *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006. p. 277-298.
- FORSTER, M. N. *Hegel's idea of a phenomenology of spirit*. London: The University of Chicago Press, 1998.
- MAFFESOLI, M. *Elogio da razão sensível*. Tradução Albert Cristophe Migueis. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 4. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Forense Universitária, 2006.
- MAFFESOLI, M. *A república dos bons sentimentos*. Tradução Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, Observatório Itaú Cultural, 2009.

- ORTEGA Y GASSET, J. *Meditaciones del Quijote*. Madrid: Alianza, 1967.
- RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica*. São Paulo: Parábola, 2003.
- RAJAGOPALAN, K.; FERREIRA, D. M. M. *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.
- REIS, H. A roupa nova do rei, reflexões sobre o que não queremos ver. 2006. Disponível: <www.hrconsultoria.com.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- ROY, A. *O deus das pequenas coisas*. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2006.
- SOKAL, A.; BRICMONT, J. *Imposturas intelectuais*. O abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos. Tradução Max Altman. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1999.
- TAGEBLATT, B. Veja o que Einstein pensava sobre a relevância da divulgação científica. *Jornal de Ciência e Tecnologia*, São Paulo, p. 4, abr. 2005.

FERREIRA, D. M. M. Academic discourses and practices: “a republic of good senses”?. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 116-126, 2013.

*Abstract: This paper elaborates a critical reflection over academic discourse and practice faced with ordinary life. On the one hand, a space reserved for Olympic gods who no longer belong to the space of simple mortals and, on the other hand, the layperson and the ordinary human being. And, through this dichotomic pair – the academic “divine” and the mortal “human” – vectors bearing political powers with sociabilities of/in conflict are formed. Based on the ironical idea that academia is “a republic of good senses”, the discussion is devoted towards the ingenuity of the academics who, isolated in the arena of political fights, are not connected to the movements of revitalizing powers concerning the society where they live in.*

*Keywords: academic space; identity; theory and practice.*

Recebido em janeiro de 2013.  
Aprovado em janeiro de 2013.